

Método participativo: uma análise a partir de uma perspectiva agroecológica

Participatory Method: an analysis from an agroecological perspective

COTRIM, D.S.¹

¹Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. E-mail: deciocotrim@yahoo.com.br

RESUMO: O método participativo tem sido apontado, por autores da Agroecologia, como a principal forma de interface entre os atores nos processos sociais, buscando a superação de uma noção difusionista de transmissão de conhecimento. O objetivo desse artigo é apresentar a emergência do método participativo, em espaços acadêmicos e em espaços de mediação social. Para tanto, se expõe, um conjunto de estudos teóricos que apontam os limites do método participativo, realizando uma análise comparativa entre o método participativo e o difusionista. O método da pesquisa utilizado foi de cunho qualitativo e de revisão bibliográfica. O estudo apresenta uma descrição sobre a emergência da perspectiva participacionista durante a fase de análise dos problemas do processo de modernização da agricultura; dialoga com um conjunto de autores que apontam limites ligados à questão do poder e da escolha seletiva dos atores nos processos participacionistas; e analisa, comparativamente, o método participativo e o método difusionista. Na conclusão, aponta a aproximação dos estudos de Participação e Agroecologia; contrapõem o conjunto de críticas teóricas apontadas por diversos autores; e finaliza realçando as diferenças profundas entre ambos os métodos.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologias participativas, DRP, participação, difusionismo, construtivismo.

ABSTRACT: The participatory method has been pointed out, by Agroecology authors, as the main form of interface between the actors in social processes, seeking to overcome a diffusionist notion of knowledge transmission. The objective of this article is to present the emergence of the participatory method, in academic and social mediation spaces. For that, a set of theoretical studies that show the limits of the participatory method is presented, making a comparative analysis between the participatory method and the diffusionist one. The research method used was of qualitative nature and bibliographic review. The study presents a description of the emergence of the participatory perspective during the analysis phase of the modernization process of agriculture problems; Dialogues with a group of authors that point to limits linked to the power issue and the selective choice of actors in participatory processes; Also comparatively analyzes the participatory method and the diffusionist method. In the conclusion points the approximation of the studies of Participation and Agroecology; Contrast the set of theoretical critiques pointed out by several authors; And ends by highlighting the profound differences between both methods.

KEYWORDS: Participatory methodologies, DRP, participation, diffusionism, constructivism.

Introdução

Os grupos sociais rurais, historicamente, desenvolvem processos de construção do conhecimento. No Brasil, a partir dos anos de 1970, esses procedimentos foram fortemente impactados pelas ações da modernização da agricultura, entendidas aqui como as modificações pelas quais passou a agricultura com a substituição de sua base técnica no sentido do uso de insumos químicos, ampliação da motomecanização e uso de sementes melhoradas; bem como, as mudanças sociais advindas nessa fase (GOODMAN et al., 2008). Porém, esse fenômeno começa, gradativamente, a abrir espaços e possibilitar a emergência de novidades (um novo insight de uma prática ou, até mesmo, uma nova prática) entre agricultores e instituições envolvidas com o Desenvolvimento Rural. Os agricultores constroem novos conhecimentos recuperando o saber tradicional e dialogando com o conhecimento científico, dentro de um processo de Construção do Conhecimento Agroecológico - CCA (COTRIM e DAL SÓGLIO, 2016).

A Construção do Conhecimento Agroecológico é um processo relacional entre os atores dentro das arenas, tendo esses a capacidade de agência para construir projetos diferenciais para suas vidas. A interface participativa entre os atores, através do método participativo, é elemento essencial, ocorrendo no sentido do diálogo do saber tradicional e científico, ou seja, o conhecimento empírico e científico das características ambientais do ecossistema, bem como as propriedades sociais do grupo, são os objetos do debate entre os atores. A totalidade do processo é voltada para o caminho de uma transição agroecológica construída coletivamente pelos atores e orientada a caminhos sustentáveis de desenvolvimento rural (COTRIM e DAL SÓGLIO, 2016).

Na atualidade são observáveis os fenômenos sociais, em que diversos atores rurais cotidianamente em interface constroem novos conhecimentos. Nos processos de construção dos projetos sociais, desenvolvidos dentro da arena, a noção de interface ocorre quando da existência de algum tipo de encontro ou contato, face a face, entre atores com diferentes interesses e recursos, apontando para uma relação de conflito (LONG, 2001). As pessoas são entendidas como atores sociais, sendo partes ativas dos processos. O ator é um sujeito social que processa informação e utiliza suas estratégias nas relações sociais, e seu conceito é uma construção social, e não simplesmente um sinônimo para o indivíduo (LONG e LONG, 1992).

A construção dos conhecimentos pelos atores não se

encontra em espaços herméticos ou laboratoriais. Os processos sociais de produção de conhecimento desenrolam-se em arenas, ou seja, ambientes de interface entre os diversos atores. A arena de construção do conhecimento é entendida como um espaço complexo e dinâmico, onde os atores convivem em interface na construção dos projetos, os quais se materializam no conjunto de práticas individuais observáveis, tanto no aspecto produtivo, sistemas de cultivos e criações, como no aspecto social na organização da vida dos agricultores (LONG, 2001).

A construção do conhecimento agroecológico parte da constatação pelos atores da existência de uma insustentabilidade nas práticas desenvolvidas pelo grupo, sejam nos aspectos ambientais ou sociais. Essa verificação leva a ação dos atores em uma perspectiva transicional, ou seja, eles buscam um processo de transição agroecológica para patamares mais sustentáveis nos aspectos sociais e produtivos.

Os processos dentro da arena CCA são, essencialmente, relacionais. Já, a relação entre os grupos de atores está epistemologicamente pautada em princípios construtivistas. Assim, o aprofundamento do estudo da relação dialógica entre os atores na construção do conhecimento agroecológico é o elemento que conecta, nessa análise, a temática do método participativo.

O método participativo é composto de técnicas e ferramentas que propiciam uma interface entre os atores com características dialógicas. Esse elemento é proposto pelos articuladores dentro da arena de CCA, no sentido da ampliação dos debates na formação dos projetos sociais. Esses atores constituem-se de forma privilegiada na construção do conhecimento agroecológico. No cotidiano, são intitulados de extensionistas rurais, mediadores sociais ou agentes de desenvolvimento.

Na atualidade, é observável que esses articuladores vivem uma transição metodológica. Em sua maioria, foram formados academicamente no uso do método difusionista, nas técnicas de difusão tecnológica, porém, na contemporaneidade, buscam novas formas de interface, na crença de que a participação é fundamental nos processos de Desenvolvimento Rural. Essa transição pragmaticamente não é fácil e produz um gradiente de soluções no cotidiano da ação desses atores.

Muitas são as questões que emergem nessa fase de transições metodológicas. Poucas são as certezas e grandes são as dúvidas. Muitos articuladores possuem inúmeras experiências de uma ação difusionista de

mediação, o que naturalmente leva a rechaçar qualquer possível mudança. Outros possuem sensibilidade para as mudanças que se avizinham, mas possuem pouca formação, ou insegurança, para a tomada de decisão dentro de um processo transicional participacionista. Não existe um único caminho, mas acredita-se que o estudo do método participativo e o aprofundamento dentro do processo possam construir pontes no período presente.

Nesse sentido, os principais objetivos desse artigo se materializam em estudar o método participativo apresentando a sequência que levou a sua emergência na academia e na mediação social; bem como apontar os estudos teóricos que debatem os seus limites; e analisar comparativamente esse método em relação ao difusionista na ação de mediação social realizada pelos articuladores.

Material e Métodos

Percurso metodológico

O principal aporte teórico escolhido para ser transversal a esse artigo foi a Perspectiva Orientada pelo Ator-POA. Essa perspectiva teórica utiliza conceitos que foram criados no cotidiano, na experiência de vida dos atores e focados na mudança social e na intervenção, especialmente em relação às situações agrárias (LONG: LONG, 1992).

Segundo Long (2001), é pouco satisfatória, do ponto de vista teórico, a ideia de que toda a mudança social ocorra a partir de uma determinação externa. Os impactos externos necessariamente são intercedidos e transformados por atores e estruturas locais. Desta forma, o autor aponta como necessária a ideia que a análise deva conter características mais dinâmicas para o entendimento das mudanças sociais, salientando principalmente a interação e a decisão mútua dos fatores e relações internas e externas, e o reconhecimento do papel principal desempenhado pela ação do ator.

Do ponto de vista metodológico esse artigo pode ser considerado uma pesquisa qualitativa em sua abordagem, devido ao tema ser uma realidade que não pode ser quantificada e estar centrado na explicação das dinâmicas sociais. Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, no sentido que produz conhecimento para soluções de problemas práticos. Quanto ao objetivo, classifica-se como uma pesquisa exploratória, buscando gerar maior familiaridade com o problema para torná-lo mais explícito. Já com relação ao procedimento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica

assentada no levantamento de referências teóricas (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Cabe salientar que a totalidade do texto dialoga diretamente com os achados das pesquisas teórica e empírica desenvolvidas pelo autor.

Resultados e Discussão

O método participativo e a participação dos atores

A noção de construção do conhecimento agroecológico propõe que a imersão nas relações comunitárias é fundamental para a interface entre os atores, o diálogo de saberes e a participação. Em outras palavras, o processo de CCA ocorre, fundamentalmente, na relação entre os atores. Os articuladores atuam no papel de serem os proponentes do método para dinamizar a participação efetiva de todos os atores dentro da arena de CCA. Os articuladores e os agricultores são atores, e estão em interface dentro da arena, enquanto o método participativo é o elemento diferencial desse procedimento (COTRIM e DAL SÓGLIO, 2016).

A noção de método participativo utilizada nessa pesquisa traz a ideia de caminho ou conjunto de procedimentos, seguindo no sentido do atendimento de um objetivo ou meta, ou seja, são as formas de promoção da participação na tomada de decisão. O método participativo é voltado à participação ativa, interativa no sentido da automobilização das pessoas (GEILFUS, 1997).

O método participativo é composto por um conjunto de técnicas e ferramentas que permitem que os atores, em arena, façam o seu próprio diagnóstico e iniciem um processo de gerenciamento autônomo de seu planejamento e desenvolvimento. Esse método promove a participação dos agricultores no processo de construção do conhecimento agroecológico. Desta maneira, facilita o compartilhamento de experiências, conhecimentos e informações, no sentido da melhoria das habilidades de planejamento e ação comunitária (VERDEJO, 2006). São exemplos de técnicas e ferramentas participativas realizadas pelos agricultores: Mapas Comunitários e de Produção, Diagramas, Campos de Forças, Calendários Históricos e Sazonais de Produção, Matrizes de Diagnóstico e Planejamento, entre outros (GEILFUS, 1997).

A emergência dos estudos participacionistas ocorreu a partir da análise do processo desencadeado pelos países europeus de exportação do modelo de crescimento econômico e transferência de tecnologias para os países coloniais do terceiro mundo, em especial na África e Ásia. No início da década de 1980, foram

constatados os resultados negativos desses projetos de desenvolvimento. De forma geral, foi averiguado que o financiamento dos planos e programas de crescimento econômico nos países pobres não propiciou um processo de desenvolvimento, gerando muitas vezes grandes estruturas inúteis do ponto de vista da população local (VERDEJO, 2006).

O estudo dos resultados desses projetos propiciou o entendimento de que as condições locais do grupo-meta e a sua cultura eram fundamentais para o sucesso das iniciativas. Essa análise se transformou no enfoque principal da identificação e planejamento de programas de Desenvolvimento Rural, tornando-se precursora das propostas participacionistas (CHAMBERS, 1994).

Chambers (2006), aponta que a pesquisa sobre pobreza rural, que foi o princípio dos programas de desenvolvimento, estava sendo realizado de uma forma imprópria, o que produzia um viés inadequado nos projetos. O chamado Turismo do Desenvolvimento Rural era o principal caminho na tomada de decisão. Os profissionais responsáveis pelas empresas desenvolvimentistas, normalmente pessoas urbanas, realizam rápidas visitas às comunidades rurais que seriam beneficiadas. O contato genericamente ocorria por intermédio de uma visualização do espaço mediante uma recorrida nas principais estradas da região, sendo os encontros com os agricultores focados nos objetivos do programa em análise, e existindo um profundo viés temático do profissional visitante. As reuniões normalmente eram formais, realizadas com as lideranças locais que majoritariamente eram homens.

Nos anos 1980, a partir da análise dos problemas dos programas de desenvolvimento no terceiro mundo, foram propostos, no meio acadêmico, métodos que buscavam modificar as técnicas de levantamento de informação. Esses possuíam como premissa a redução do levantamento de dados e a centralidade do foco nas opiniões do grupo-meta. Os instrumentos clássicos de pesquisa, como os questionários formais, deram lugar aos novos conceitos mais participativos.

A elaboração conceitual de um processo chamado Diagnóstico Rural Rápido – DRR pelos pesquisadores do Institute of Development Studies – IDS na University of Brighton no Reino Unido foi um primeiro marco teórico. Esse método propõe um levantamento de dados participativo menos trabalhoso do que um diagnóstico tradicional. Além disso, procura a ampliação da participação do grupo-meta para uma melhor aproximação das suas necessidades e realidades (CHAMBERS, 1994).

De forma genérica o DRR foi construído para a

obtenção de dados necessários para um novo projeto, ou para a análise do percurso de uma dada pesquisa. O seu formato utilizava um grupo de ferramentas participativas como os mapas, os diagramas e os calendários que eram aplicados diretamente pelos articuladores junto às comunidades rurais com o objetivo primaz da realização de um diagnóstico. O processo de participação ocorria na construção das ferramentas de diagnóstico pelos agricultores.

Na continuidade dos estudos, foi enfatizada a necessidade de que o processo participativo se estendesse na execução dos programas. Nos anos 1990 foram cunhados os princípios teórico-metodológicos do Diagnóstico Rural Participativo – DRP como sendo o método que possibilita a inclusão dos grupos de agricultores em todos os passos de um projeto de desenvolvimento, desde o diagnóstico, passando pela implantação até a fase de monitoramento (CHAMBERS, 1994).

A principal contribuição que o DRP trouxe ao debate da participação foi a constituição do foco no processo de autorreflexão sobre os problemas das comunidades rurais e a construção coletiva das possibilidades para a sua solução. O método não estava centrado unicamente na coleta de dados dos participantes. Seu objetivo principal é o apoio à autodeterminação das comunidades, através da participação e, assim, a promoção de um processo de desenvolvimento (CHAMBERS e GUIJT, 1995).

O método participativo DRP tomou uma grande dimensão dentro das instituições voltadas à intervenção social, em especial no Brasil, pelo esforço de várias organizações como a GTZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit). A própria sigla do método se consolidou quase como uma nova palavra. No senso comum o DRP se tornou sinônimo de participação ou de metodologia participativa.

A participação dos agricultores, dentro dos processos de desenvolvimento, não pode ser compreendida como em um único patamar. Entende-se a existência de uma graduação de decisões processuais dos atores. A participação comunitária depende, fundamentalmente, da organização da comunidade, da flexibilidade das instituições de desenvolvimento e dos próprios atores agricultores e articuladores. Efetivamente, todos os projetos são participativos, porém, a diferença está baseada nos seus níveis. (GEILFUS, 1997).

Barry Dalal-Clayton e Pretty (1995), utilizando uma figura metafórica, propõem uma escada da participação para a visualização dos diferentes níveis de participação. Essa noção expressa a ideia de que o

envolvimento e a participação dos agricultores em programas de desenvolvimento ocorrem em um processo gradual na interface com os articuladores. O ato de subir a escada da participação indica que o processo de desenvolvimento está sendo apropriado pelos agricultores, ocorrendo mudanças importantes, sendo o método participativo fator impulsionador. Nos estratos mais altos da escada da participação, a ampliação da autonomia dos agricultores se caracteriza como um indicador de empoderamento (empowerment) comunitário. Entende-se como empoderamento, o aumento ou a diminuição do poder de cada ator de realizar por si mesmo as mudanças e ações que levam ao desenvolvimento.

As noções desenvolvidas nos trabalhos sobre participação ligados a sua ampliação, promoção do empoderamento e uso do método participativo, estão fortemente imbricadas com as pesquisas agroecológicas. A coincidência da fase histórica e das análises das externalidades da modernização da agricultura, possivelmente foram fatores de aproximação entre os estudos da Agroecologia e da Participação.

Entende-se aqui, Agroecologia, enquanto um campo de conhecimento interdisciplinar formada por aportes de diversas disciplinas científicas que combinam, essencialmente, as ciências naturais e as ciências sociais, tendo a pretensão de estudar as inter-relações existentes entre processos agronômicos, ecológicos e sociais no sentido do desenvolvimento de procedimentos mais sustentáveis. Neste arcabouço teórico e metodológico, que possui uma dimensão prática indivisível da analítica, são buscadas as bases para o entendimento das relações sócio naturais em uma visão contemporânea da ciência (COTRIM, 2013).

É possível a visualização de um consenso de um variado grupo de autores nos estudos agroecológicos de que a interface entre agricultores e articuladores necessariamente deve estar pautada no método participativo. Essa ideia é argumentada, seja pela negação aos processos difusionistas, ou pela aproximação teórica construída nos estudos de participação (CAPORAL, 1998; COSTABEBER, 1998; GÚZMAN e MOLINA, 1996; MOLINA, 2001; DAL SÓGLIO, 2012).

No processo de construção do conhecimento agroecológico é utilizada como premissa que os envolvidos são atores e possuem um acúmulo de conhecimentos históricos, ecológicos e culturais, ou seja, uma memória biocultural (TOLEDO e BARREIRA-BASSOLS, 2009). Dentro da arena, na interface entre os atores, existe a luta pela formação dos projetos. São

utilizados discursos no sentido de fortalecimento dos argumentos em prol de determinado projeto ou práticas sociais. Esses saberes, naturalmente, são valorizados e incorporados como elementos fundamentais em uma estratégia de Desenvolvimento Rural (LONG, 2001). Essa dinâmica é considerada impossibilitada quando da utilização dos métodos diretivos que diminuem os espaços de interface entre os atores dentro da arena, e reduzem a emergência das novidades.

Nesse aspecto, Dal Sóglio (2012), comenta sobre o método participativo e a Agroecologia:

Assim, são necessários métodos que possam facilitar a participação e a interação dos diferentes atores. Os métodos participativos, que a Agroecologia entende serem capazes de facilitar e cumprir essa função, são importantes quando queremos propor o redesenho e a produção de novidades para o manejo de agroecossistemas. Esses métodos, aplicados tanto no desenvolvimento de pesquisas, como nas atividades de extensão, podem conduzir a uma transição participativa para modelos camponeses e ecológicos de agricultura (DAL SÓGLIO, 2012)

Nesse sentido, se torna natural em estudos da Agroecologia a indicação do caminho do método participativo na interface entre os atores para a reflexão, a compreensão da realidade e a busca de soluções compatíveis nos processos de desenvolvimento. Porém, existe um conjunto de autores que apontam limites ao uso do método participativo, como serão expostos a seguir.

Questões dentro dos processos participativos

O possível consenso teórico existente em torno do uso do método participativo na interface entre os atores ligados à Agroecologia não é observado em outros espaços.

Long e Long (1992) e Long e Ploeg (1989), acreditam que os processos centrados em métodos participativos precisam ser problematizados. Esses autores entendem que existem características populistas na sua utilização, e apontam como fragilidade a inexistência de um questionamento das relações de poder entre os agricultores, assim como entre os articuladores e os agricultores. Também, salientam a existência de uma visão voluntarista e, de certo modo, ingênua nos processos participacionistas. Esses autores assinalam que os objetos de interesses comuns nas comunidades rurais, que seriam buscados pelo uso do método participativo, na verdade são inexistentes. Os mesmos

entendem que cada ator defende seus projetos dentro da arena, não havendo uma uniformidade, ou seja, os projetos se configuram heterogêneos na construção dentro da arena. A ideia do consenso em torno de um único projeto comunitário, ajustado via método participativo, seria uma noção simplificadora.

Para Thornton (2010), os articuladores quando em seu mandato-organizacional na construção de programas ou aplicação de políticas públicas, têm o poder de pré-selecionar os atores que participarão dos processos através de listas de convite. São comuns as escolhas pautadas por figuras de liderança ou agricultores com maior credibilidade. Essa ação produz um enviesamento da participação. Esse autor, também, salienta que os processos participativos estão assentados em reuniões formais de curto prazo que não respeitam os tempos de tomada de decisão dos agricultores. O tempo cronológico dos programas governamentais desencadeia ações rápidas para o diagnóstico dos problemas, a priorização das ações e a estruturação das estratégias de trabalho, o que não respeita as diferenças entre os grupos sociais, e da própria relação entre os articuladores e a comunidade.

Jennings (2000) constrói uma reflexão que entende que a participação está ligada ao processo educativo e à capacitação necessária dos atores, na intenção de corrigir os desequilíbrios entre eles. Os procedimentos participativos podem ser analisados do ponto de vista de cada ator social ou da relação deles dentro da arena na construção de processos de desenvolvimento. Esses estão diretamente ligados à capacidade de agência dos atores e ao poder de tomada de decisão.

Por outro lado, na operacionalização de programas de desenvolvimento com viés participativo, muitas vezes os articuladores não consideram com profundidade o contexto político-cultural da arena. Os resultados de processos participativos estão diretamente ligados ao jogo de forças entre os atores e os acordos sociais dentro da arena. Em outras palavras, a participação não pode ser uma técnica universalizável (HEEKS, 1999).

Nas dinâmicas dentro da arena de construção do conhecimento agroecológico, ocorrem acomodações, negociações e conflitos entre os atores nas interfaces de aprendizagem, planejamento e negociações. O uso do método participativo dentro dessa arena necessariamente precisa considerar esses aspectos para não perder de vista o contexto político-cultural que o permeia. Também existe o entendimento de que a participação nos processos de desenvolvimento pode ser considerada mais um símbolo externo trazido pelos

articuladores do que uma demanda comunitária. Esse fato se fundamenta em variadas ocasiões em que se constata que os atores comunitários possuem pesada jornada de trabalho, além de não possuírem tempo e motivação para investir em processos de participação. Nesse sentido, os processos participativos podem emergir com um verniz para criar uma aparência positiva aos financiadores de programas de desenvolvimento (HEEKS, 1999).

Nuijten (2005), enfatiza que o conceito de empoderamento construído nos estudos de participação, evoca a noção de que o poder pode ser percebido como uma propriedade de pessoas ou grupos que têm a capacidade de possuí-lo, transportá-lo e realizar sua ampliação. Essa noção ignora o fato de o poder ser relacional, sendo imbricado em inúmeras interligações. Nesse sentido, essa noção não auxilia na compreensão das dinâmicas que ocorrem dentro da arena de CCA e produz um viés equivocado.

Os limites apontados anteriormente produzem a constatação de que os atores, utilizando o método participativo, podem imputar um viés negativo por meio da sua ação. Porém, as análises não negam que, com o uso do método participativo, emerge a possibilidade da ampliação de uma interface dialógica com valiosos elementos nos processos de CCA. Em síntese, as críticas teóricas estão centradas na forma como os articuladores utilizam as ferramentas do método participativo e não na inviabilidade da sua utilização.

Considerando esse conjunto de críticas teóricas ao método participativo para a continuidade da análise, na próxima seção do artigo serão analisados, comparativamente, o método participativo e difusionista.

Pressupostos do método participativo

O método etimologicamente vem do grego *methodos*, tendo o sentido de caminho para chegar a um fim ou trajetória para um objetivo, ou ainda, organização. Frequentemente, método e metodologia são utilizados indistintamente, porém, do ponto de vista conceitual, são diferentes. Segundo Minayo (2000), a metodologia é o caminho do pensamento que o tema ou o objeto de pesquisa requer. Essa metodologia se interessa pela validade científica da trajetória escolhida para o fim proposto. O método é uma parte da metodologia.

Lopes (1994) propõe uma categorização da ordem das instâncias metodológicas, ou dos níveis da metodologia. Essas são a epistemológica, a teórica, a metódica e a técnica. Existe a compreensão que as pesquisas científicas trazem, de forma explícita ou implícita, todos esses planos.

Entende-se como instância epistemológica, o local da função de vigilância crítica na pesquisa, se conformando como uma série de operações que assegurem a cientificidade da prática. Nesse espaço, são elaboradas as problemáticas de pesquisa que emergem dentro de uma concepção de ciência. Local onde são observadas as regras de produção e explicitação dos fatos, de compreensão e validação das teorias e as normas de transformação dos objetos científicos (LOPES, 1994).

A instância epistemológica abriga a noção de Ciência. Essa pode ser compreendida como uma forma de entendimento do mundo, uma produção de saberes formada pelo raciocínio lógico e a experimentação prática (FONSECA, 2002).

Em segundo nível, é encontrada a instância teórica, que se configura como o espaço das teorias, da adequação dos modelos teóricos ao objeto empírico, da formulação teórica do objeto e a sua explicitação conceitual. É o local da construção teórica do problema de pesquisa. As teorias podem ser entendidas sempre como parciais abarcando setores, sendo essa a sua relação com a instância epistemológica, uma parte do sistema teórico global (LOPES, 1994).

Em um terceiro nível, sobressai a instância metódica, que é o local do método, das regras de estruturação e objetivação do problema de pesquisa. Os métodos têm o poder de fornecer um quadro analítico, nos quais são ordenados e articulados os conceitos teóricos. O método é o conjunto de procedimentos que articulam os pressupostos teóricos com os mecanismos de produção de informação, para dar suporte ao investigador para levar a cabo suas contribuições (LOPES, 1994).

Em um quarto nível, está a instância técnica como sendo o local da construção dos dados, formada pela observação da informação, a seleção dos dados e a operacionalização dos conceitos. A técnica é o conjunto de ferramentas, ou procedimentos concretos, através dos quais se faz a coleta ou produção dos dados que permitem enfrentar a análise.

Existe o entendimento de que é possível a utilização das ideias apresentadas anteriormente, de categorização em instâncias metodológicas de uma pesquisa, para o atual artigo. A distinção necessária é o foco analítico desse texto que é a ação entre os atores, ou seja, a interface, e não a construção de uma pesquisa acadêmica. Feita essa ressalva, a lógica proposta toma utilidade na organização das ideias do tema tratado e auxilia na construção das reflexões.

Existem elementos diferenciais entre a fase denominada modernização da agricultura, em que o método proposto de ação e relação entre os atores estava baseado em uma noção difusionista, e uma fase contemporânea de busca de métodos participativos de interface entre os atores. O debate comparativo das instâncias metodológicas entre esses dois métodos é o caminho escolhido para a análise a partir do quadro 1 na sequência

O pensamento ocidental sobre Ciência e a relação da sociedade com a natureza tem tido quatro fases. A primeira fase era a visão grega pautada na ideia de que a natureza era um macrocosmo e o homem era um microcosmo; a segunda a visão renascentista, na qual a natureza era obra de Deus; a terceira, a visão moderna baseada na experimentação disciplinar e cartesiana, a

Quadro 1 - Instâncias metodológicas e as diferenças entre método participativo e difusionista.

Instâncias metodológicas	Diferenças metodológicas	
	Método participativo	Método difusionista
Epistemológica	Noção Contemporânea de Ciência com características complexas, sistêmica e holística. Agroecologia como campo de conhecimento. Coolingwood (1996).	Noção Moderna de Ciência com características cartesianas e disciplinares. Coolingwood (1996).
Teórica	Conjunto de teorias que enfatizam o papel e a capacidade de agência dos atores. Giddens (1989); Long (2001); Ploeg (2003).	Conjunto de teorias da modernização. Rostow (1974); Shultz (1995); Hayami; Ruttan (1971). Behaviorismo-Watson (1913); Skinner (2006).
Método	Participativo. Chambers; Guijt (1995).	Difusionista. Rogers (1983).
Técnica	Ferramentas Participativas, Dinâmicas de Grupo; Técnicas Participativas. Geilfus (1997); Verdejo (2006).	Ferramentas e Técnicas difusionistas. Rogers (1983).

qual consolidou a separação entre a noção de sociedade e natureza; e a quarta, a noção contemporânea, na qual são buscados os pilares para constituição de uma noção holística e sistêmica, e novas abordagens nos processos de construção do conhecimento, podendo ser entendida como uma ruptura em relação à visão da fase moderna (COLLINGWOOD, 1996).

Na análise apresentada no Quadro 1, o método participativo, em uma instância epistemológica, se insere na visão contemporânea. A própria noção de Agroecologia aponta com clareza para a sua inserção epistemológica. Cabe salientar, o entendimento da inexistência de uma ruptura completa entre a visão moderna, que atualmente é hegemônica, com a visão contemporânea. Na verdade, a noção contemporânea de ciência aponta para o futuro, para uma mudança de paradigma, para a complexidade. Busca uma visão sistêmica do mundo. Propõe a abordagem sistêmica como uma forma de compreensão da realidade objetiva, que tem por fim transcender as fronteiras disciplinares.

Neste sentido, a visão moderna se baseou na abordagem analítica que supõe que um objeto complexo permite ser decomposto em elementos isoláveis entre si, o que remete a uma disciplinaridade e linearidade crescente nas ciências, e cuja validação ocorre pela prova experimental. Sobressai a ideia da superioridade do especialista no processo de transmissão do conhecimento e na solução de problemas, bem como, a priorização dos aspectos quantitativos e modelos fundamentados nas ciências matemáticas.

As ideias apresentadas são as bases epistemológicas da fase da modernização da agricultura. O método difusionista dessa etapa está emerso na noção moderna, estando assentado em um conjunto de teorias que apontam que o desenvolvimento é produzido pela transformação do tradicional para o moderno a partir da inserção de tecnologias exógenas, ou seja, a passagem de um padrão de sociedade tradicional para um padrão moderno de sociedade. Dessa forma, em uma instância metodológica teórica, a fase de modernização da agricultura está calcada na teoria da modernização, a qual demarca que o progresso técnico é o impulsionador na condução do desenvolvimento.

Rostow (1974), produziu uma das bases para a teoria da modernização. Esse autor propôs a existência de etapas pré-definidas para o desenvolvimento, sendo divididas em: uma primeira fase em que existem apenas sociedades tradicionais com baixo nível tecnológico; uma segunda fase onde emergem as pré-condições para alavancar a economia como a produção agrícola

massiva e a construção das infraestruturas; uma terceira fase como o momento de crescimento após o atendimento das pré-condições; uma quarta fase de maturidade do desenvolvimento; e, finalmente, uma quinta fase formada pela era do consumo em massa.

Shultz (1995), fundamental autor dessa fase, entende que a modernização é produzida do externo para o interno das unidades de produção agrícolas. Acredita como essencial para desenvolvimento a transformação da agricultura tradicional em agricultura moderna pela substituição dos fatores de produção.

Hayami e Ruttan (1971), desenvolveram um modelo de geração de tecnologia dentro do processo de desenvolvimento agrícola denominado Teoria Inovação Induzida – TII. Esses autores entendiam que a mudança tecnológica ocorria a partir de sinais externos enviados pelo mercado como, por exemplo, os preços dos produtos agrícolas. A ideia central era poupar os fatores mais custosos. As mudanças técnicas externas tanto mecânicas, biológicas ou químicas são induzidas com o propósito de aumento da produtividade da colheita ou da criação de animais.

Os autores destacados produziram um conjunto de teorias as quais prospectam que o desenvolvimento emerge do progresso técnico que é produzido e validado de forma exógena, através da pesquisa experimental. Esse conhecimento externo será o fator transformador das sociedades tradicionais em modernas, ou seja, sociedades de consumo.

Long e Ploeg (1994), entendem que essas forças externas tendem a condicionar as vidas dos atores locais, reduzindo sua autonomia. Nesse sentido, creem que essas teorias são pautadas por visões deterministas, lineares e externalistas do processo de mudança social. Enfim, uma noção estrutural e vertical do processo de desenvolvimento. No sentido do atendimento da instância metodológica teórica, e respeitando a coerência epistemológica, existe o caminho por meio da opção como referencial teórico a Perspectiva Orientada pelo Ato – POA.

Os pilares epistemológicos da POA são percebidos dentro das ciências sociais na perspectiva do interacionismo simbólico, quando do entendimento da possibilidade dos atores possuírem uma consciência simbólica na liberdade da organização coletiva, mesmo sob pressões externas; na perspectiva da fenomenologia, quando na opção teórica de estudar a partir dos atores e da sua experiência vivida; e na perspectiva do construcionismo social, na observação e análise do realizado em um ponto de vista sócio-histórico.

A Perspectiva Orientada pelos Atores não se coloca como uma reconstituição epistemológica propondo uma nova teoria. A teoria social, que provém guardada à POA, é a Teoria da Estruturação (GIDDENS, 1989). Esse autor constrói uma teorização com base na análise das práticas sociais, buscando entender a manutenção e estabilidade das relações sociais e a reprodução das práticas sociais. Desenvolve a reavaliação do consenso ortodoxo das ideias do estruturalismo, através da noção de que o indivíduo tem livre iniciativa, mesmo sobre coerção social das totalidades externas. Nesse contexto, a noção de estrutura toma diferente sentido, se referindo às condições que geram a continuidade das práticas sociais, que são padronizadas e reproduzidas nas relações entre os atores.

O conceito teórico central da POA utilizado na atual pesquisa é o de ator, cujos sujeitos sociais são entendidos como atores sociais, tendo papel ativo dentro dos processos sociais. O ator é um sujeito ativo que processa informação e utiliza suas estratégias nas relações sociais. Os atores constroem seus projetos na interface com outros atores dentro da arena. Os atores são dotados de capacidade de agência. Esse processo emerge a partir da livre organização coletiva dos atores. O caminho para o desenvolvimento é construído socialmente na interação continuada entre eles.

Nessa perspectiva, a noção de estrutura se diferencia profundamente da teoria da modernização e passa a ser entendida como um conjunto amplo, não uniforme, de propriedades emergentes, sendo produto do encontro ou do distanciamento dos projetos dos atores, assim como, constituindo referências e possibilidades construtoras que nutrem a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores (LONG, 2001).

Analisando, agora, a instância metódica, em consonância com seus pressupostos epistemológicos e teóricos, emerge o método participativo. Esse método tem entre as suas premissas a busca de formas de promoção da participação no processo de tomada de decisão e também o direcionamento para a participação ativa e interativa dos atores no sentido de processos de automobilização.

O método participativo tem como premissa o entendimento das opiniões e do ponto de vista dos atores, bem como do processo de autorreflexão sobre os problemas comuns, estimulando a construção coletiva das possibilidades para a sua solução. Está pautado em processos dialógicos entre os atores individuais e coletivos dentro da arena de construção dos projetos sociais onde ocorre a interface entre os atores.

Chambers e Guijt (1995) salientam que, como pressuposto, o método participativo apoia a autodeterminação das comunidades através da participação, no sentido da promoção dos processos de desenvolvimento. O método participativo é fator impulsionador do mecanismo de apropriação pelos atores de mudanças fundamentais. A participação é uma das faces da agência dos atores sociais.

Na perspectiva da teoria da modernização, em consonância com seus pressupostos epistemológicos e teóricos, o método difusionista de interface entre os atores sociais tem características diferenciais. Os métodos de difusão de tecnologia possuem características diretivas e uma noção estruturalista. As inovações tecnológicas geradas externamente são difundidas aos atores dentro da arena de construção de projetos como verdades científicas, no sentido da substituição dos conhecimentos endógenos.

O conhecimento contextualizado dos atores é entendido como atrasado, sendo um dos percalços para um processo de desenvolvimento. O caminho proposto é a substituição desse por inovações tecnológicas que promovem a otimização dos fatores de produção. Nesse sentido, os métodos difusionistas são tipicamente impositivos, diretivos, estruturais e de persuasão. Esses promovem a difusão tecnológica.

Uma das bases teóricas que apropriou conhecimentos ao método difusionista foi o behaviorismo dentro da psicologia comportamentalista norte-americana. O behaviorismo se caracteriza por um conjunto de teorias psicológicas que centram seus estudos no comportamento observável, ou seja, que atribuem ao comportamento humano uma relação de estímulo e respostas, tendo uma visão pragmática centrada em estudos de comportamento observável (WATSON, 1913; SKINNER, 2006).

Essa teoria entende como possível a previsão e o controle do comportamento individual através de estímulos em dada direção, um comportamento modelado. Essa base teórica foi utilizada na formulação das técnicas e ferramentas nos métodos difusionistas (ROGERS, 1983).

O método difusionista, em uma instância técnica, utiliza ferramentas e técnicas que propiciam o convencimento dos agricultores das vantagens das inovações tecnológicas em contraponto aos projetos sociais locais, através da comunicação centrada nas vantagens econômicas.

Segundo Rogers (1983), as técnicas difusionistas mais utilizadas são as visitas dos articuladores técnicos aos produtores rurais na intenção da difusão do pacote

tecnológico, a constituição de unidades modelos de produção demonstrativas, que são baseadas nas inovações produzidas e recomendadas pela pesquisa, e as excursões com os produtores para visualização de centros de pesquisa ou propriedades modelos, na ideia da persuasão através da chancela científica.

O método difusionista, em relação às suas ferramentas e técnicas, reflete a totalidade do arcabouço epistemológico e teórico. Na sua operacionalização dentro da arena, exhibe o entendimento tácito por parte dos articuladores de que a ciência moderna é a única que possui a legitimidade da comprovação das vantagens comparativas entre as inovações e as novidades. Dessa forma, as inovações tecnológicas são cientificamente comprovadas e, conseqüentemente, verdades científicas, em contraponto às novidades contextualizadas.

A inovação tecnológica é normalmente um novo fator exógeno que adentra a arena no sentido de poupar os fatores escassos dentro dos projetos, em um alinhamento à lógica das premissas da teoria da modernização. O sinal para mudança dos projetos é externo, em especial o argumento econômico do preço das mercadorias produzidas. A partir dessa sinalização, se configura, de forma dicotômica, o que é atrasado e o que é moderno, também se formulam técnicas e ferramentas de convencimento e persuasão para a necessária mudança a caminho do desenvolvimento.

Por outro lado, as ferramentas e técnicas participativas, em uma instância metodológica técnica, se caracterizam pelas premissas de facilitarem ou organizarem o diálogo, o debate e a troca entre os atores dentro da arena de construção de projetos sociais.

A técnica básica utilizada nesses processos é o uso de tarjetas para a estruturação das ideias de um debate. As tarjetas são cartões de papel, nos quais os atores registram suas ideias e visualizam a totalidade em painéis, de forma organizada, para um conjunto de outros atores. A utilização de tarjetas em trabalhos grupais permite o exercício do debate, da síntese e da informação do consenso a uma plenária de trabalho. Dessa forma, o uso da tarjeta pode ser considerado a unidade básica na construção das diversas variantes mais complexas das ferramentas e técnicas participativas.

Cabe enfatizar que, as ferramentas participativas são desenvolvidas em trabalhos de grupos, no estilo de oficinas, onde os atores desenvolvem, como guias metodológicos, a construção de variados tipos de mapas, diagramas e calendários.

O uso das ferramentas e técnicas participativas propicia aos atores o encontro das ideias coletivas no momento da confecção dos mapas, dos diagramas e calendários. Essa interface busca a construção de consensos, a reflexão coletiva sobre uma determinada temática e a organização metodológica para um debate dentro da arena.

As ferramentas e técnicas participativas também permitem a qualificação da comunicação entre os atores de mundos diferentes, como por exemplo, um articulador de origem urbana e um agricultor. Esse mecanismo possibilita a unificação do saber popular e científico no momento da interface entre os atores dentro da arena de construção dos projetos.

Existem inúmeros formatos de ferramentas para objetivos diferentes como diagnósticos de âmbito geral ou focal, levantamento de demandas, planejamento e monitoramento. Uma mesma técnica pode ser utilizada com objetivos diferentes dentro de um grupo de atores (GEILFUS, 1997; VERDEJO, 2006). Alguns arranjos de ferramentas e técnicas participativas, como o DRR e DRP, foram utilizados de forma ampla em várias partes do mundo.

Considerações finais

Uma primeira constatação nessa análise é que os estudos sobre "Participação" emergiram no bojo de um conjunto de reflexões sobre os problemas ambientais e sociais advindas do processo de modernização da agricultura. A análise dos problemas ou insucessos de vários Projetos de Desenvolvimento Rural apontaram como uma falha central a falta da participação ativa dos agricultores.

A partir dos anos 1980, a ideia de um processo que leva à participação dos atores nas ações voltadas ao desenvolvimento começa a tomar forma e é proposto um conjunto de técnicas e ferramentas que propiciam um espaço dialógico de interface entre os atores.

Em um período histórico muito próximo, e também na crítica as mesmas externalidades, outro conjunto de autores desenvolveu a noção da emergência de um novo paradigma científico dentro de uma noção contemporânea de ciência que é a Agroecologia. Não somente por estarem ocorrendo conjuntamente, mas, principalmente, por estarem buscando entender processos sociais com grupos semelhantes, ou seja, os agricultores. Existe uma aproximação teórica muito clara entre essas duas vertentes de pensamento.

Para a Agroecologia, que se coloca enquanto um novo paradigma científico, essa aproximação é importante para uma melhor conformação científica dos

fenômenos sociais, e também, para a construção de novas propostas teórico-metodológicas de intervenção social. Aliás, a quase totalidade dos autores agroecológicos aponta os processos participativos como elemento central para a mediação social, mesmo havendo escassos estudos aprofundados desta temática. Existe aqui um espaço para futuras pesquisas científicas.

Por outro lado, alguns autores apresentam críticas e apontam limites para a perspectiva participacionista. É possível sinalizar três grandes censuras: (a) que existe uma falta de debate sobre as relações de poder entre os atores envolvidos em ações participativas ou que muitas vezes existe um desconhecimento do contexto político-cultural; (b) que as ações participativas são simplificadoras das dinâmicas sociais como, por exemplo, pela noção de empoderamento; e, finalmente, (c) pela possibilidade de enviesamento, pelo articulador, da participação pela escolha seletiva de quais atores tem direito de participação.

Entende-se que essas críticas possuem fundamento dentro de uma observação empírica direta do uso, por parte dos articuladores, de ferramentas e técnicas participativas em processos de desenvolvimento. Ou seja, a aplicação nas comunidades rurais de técnicas e ferramentas participativas ancoradas em uma perspectiva teórica próxima à teoria da modernização, produz resultados indesejados, apontados pelos autores como desconhecimento das relações de poder ou desconhecimento do cenário político-cultural, e aproxima da ideia da utilização de um simples verniz participativo nos projetos de desenvolvimento, atraente para os órgãos financiadores.

Porém, a Perspectiva Orientada pelos Atores, bem como outros aportes teóricos relacionais, propiciam um conjunto teórico que permite um novo olhar dentro dos processos participacionistas. Os agricultores e os articuladores são entendidos como atores que possuem a capacidade de agência, ou seja, eles interatuam através de um conjunto de estratégias, apresentadas nas arenas, por meio de seus discursos. Esses “campos de batalha do conhecimento”, parafraseando o título do livro de Long (1992), são os locais de formação dos projetos dos atores através da interface na arena. Essa interface está pautada pelo método participativo.

A totalidade dessa dinâmica social da formação dos projetos dos atores permite transparecer a existência de um contexto da relação de poder entre os atores que está expressa nas arenas. Ou seja, na arena de construção de projetos sociais os atores lutam na defesa de seus projetos utilizando um conjunto de

recursos discursivos e manejando as regras e acordos sociais grupais. Essa batalha está emersa no cenário político-cultural e tencionada pelas relações entre os atores que ao fim, expressam as relações de poder. Essa noção resolve, teoricamente, a ideia que as ações participativas simplificam as dinâmicas sociais. Nada mais complexo do que a formação dos projetos sociais.

Em suma, a análise pontual de ferramentas e técnicas participativas utilizadas pelos articuladores de forma descontextualizada do arcabouço epistemológico e teórico do método participativo e ancorada por uma estrutura teórica pautada nas ideias modernizantes, implica em uma crítica da ação dos articuladores e não uma censura da validade metodológica. A própria recriminação que aponta a escolha enviesada de atores nos processos de participação é direcionada para a ação de determinados articuladores, e não em uma incongruência teórico-metodológica.

Por outro aspecto, na análise comparativa entre o método participativo e o difusionista, desenvolvida no texto, é prudente salientar que a forma dicotômica apresentada serve para gerar parâmetros analíticos das grandes diferenças entre os métodos, porém, cabe expressar que existe uma zona cinza entre essas duas posições que, pragmaticamente, pode ser identificada nos espaços empíricos. O objetivo da análise apresentada foi de trazer elementos diferenciais sistematizados e não “enquadrar” os processos sociais.

A apresentação clara das diferenças permite evidenciar macro diferenças, evitando, assim, uma confusão teórico-metodológica muito comum de ser observada em projetos de desenvolvimento. Ou seja, a apresentação de um projeto de desenvolvimento esverdeado pelo uso de ferramentas participativas ou pintado com um verniz participativo, somente porque propôs um DRP na concepção. Esses procedimentos práticos da intervenção social dificultam de sobremaneira a construção de uma conceituação teórica compartilhada e disseminam equívocos por longos períodos.

Finalizando, é importante enfatizar que o método participativo está assentado em um conjunto teórico próprio que diverge frontalmente da teoria da modernização, esse é um fato concreto e basilar. Também não se pode esquecer que esse conjunto metodológico está pautado por uma noção contemporânea de Ciência, na qual a complexidade é a marca principal.

Referências Bibliográficas

- BARRY DALAL-CLAYTON, S.B.; PRETTY, J. **Participation in strategies for sustainable development**. Environmental Planning Issues N. 7, 1995.
- CAPORAL, F.R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 517 f. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba. Córdoba, 1998.
- CHAMBERS, R. **Challenging the professions: frontiers for rural development**. London: Intermediate Technology Publications, 1994.
- CHAMBERS, R. GUIJT, I. D.R.P: Depois de cinco anos, como estamos agora? **Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais**, Quito, v., n. 26, p. 4-15, 1995. Disponível em: <<http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/136/>>. Acesso em: 20 out. 2006
- CHAMBERS, R. **Poverty Unperceived: Traps, Biases and Agenda**. Brighton: IDS, 2006. Disponível em: <<http://www.ntd.co.uk/idsbookshop/details.asp?id=933>>. Acesso em: 01 jun. 2010.
- COLLINGWOOD, R.G. **Ciência e filosofia: a idéia de natureza**. Lisboa: Presença, 1996.
- COSTABEBER, J. A. **Acción Colectiva y Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 434 f. Tese (Doutorado) - Programa de Doctorado en Agroecología, Campesinado e Historia, ISEC-ETSIAN, Universidad de Córdoba. Córdoba, 1998.
- COTRIM, D. S. **O estudo da participação na interface dos atores na arena de construção do conhecimento agroecológico**. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- COTRIM, D.; DAL SÓGLIO, F. K. Construção do Conhecimento Agroecológico: Problematizando a noção. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p.260-271, 2016. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/16772/12311>>. Acesso em: 05 dez. 2016.
- DAL SÓGLIO, F. **Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação?** 2012. Manuscrito.
- FONSECA, J.J.S. **Metodologia de pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D. T. **Método de Pesquisa**. UAB/UFRGS. Plageder, SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.
- GEILFUS, F. **80 herramientas para el desarrollo participativo: diagnostico, planificación, monitoreo, evaluacion**. El Salvador: IICA-GTZ, 1997.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GOODMAN, D; et al. **Das lavouras às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008.
- GUZMÁN, E.S.; MOLINA, G.S. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCIA DE LEÓN, M.A. **El campo y la ciudad**. Madrid: [s.n.], 1996.
- HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. **Agricultural development an international perspective**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1971.
- HEEKS, R. **The tyranny of Participation in Information Systems: Learnig from Development Projects**. Manchester: University of Manchester, 1999.
- JENNINGS, R. **Participatory Development as New Paradigm: The Transition of Development Professionalism**. Washington, 2000. Disponível em: <http://transition.usaid.gov/our_work/cross-cutting_programs/transition_initiatives/pubs/ptdv1000.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2010.
- LONG, N. **Development Sociology: actor perspectives**. London: Routledge, 2001.
- LONG, N.; LONG, A. **Battlefields of Knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development**. London: Routledge, 1992.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. Demythologizing planned intervention: an actor. **Perspective, in Sociologia Ruralis**, Malden, v. 29, n. 3-4, p.226-249, 1989.
- LONG, N.; PLOEG, J. D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In.: BOOTH, D. (org) **Rethinking social development: theory, research and practice**. Essex: Longman Scientific and Technical. 1994. p. 62-89.
- LOPES, M.I.V. de. **Pesquisa em Comunicação: Formulação de um modelo metodológico**. São Paulo: Loyola, 1994.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MOLINA, M.G. **Introduccion a la Agroecologia**. Madrid: Sociedade Española de Agricultura Ecológica (SEAE), 2001.
- NUIJTEN, M. Power in Practice: A force field approach to natural resource management. **The journal of transdisciplinary environmental studies**, Belgium, v. 4, n. 2, p. , 2005. Disponível em:

- <<http://edepot.wur.nl/32698>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- PLOEG, J. D. van der. **The Virtual Farmer**. Assen: Van Gorgum, 2003.
- ROGERS, E.M. **Diffusion of innovation**. 3rd edition. New York: The free press, 1983.
- ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- SKINNER, B.F. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 2006.
- THORNTON, R. D. Participacion¿ la nueva tirania en procesos de Extensión Rural? In: THORNTON, R. D. ; CIMADEVILLA, G. (Org.). **Usos y abusos del participare**. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010. p. 35-54.
- TOLEDO, V. M.; BARREIRA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural: la importãncia ecológica de la sabidurías tradicionales**. Icaria Editora. Barcelona. 2009.
- VERDEJO, M.E. **Diagnóstico Rural Participativo: Guia Prático de DRP**. Brasília: MDA-SAF-DATER, 2006.
- WATSON, J. **Psicologia do ponto de vista de um behaviorista**. 1913. Apud *Psicologia do comportamento*. In *Infopédia*. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$psicologia-do-comportamento](http://www.infopedia.pt/$psicologia-do-comportamento)>. Acesso em: 26 jan. 2010.